CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES NA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ — 2025

PROVA OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um conjunto de regras para sua própria alteração, criando o que a doutrina chama de Poder Constituinte Derivado. Este poder, por ser instituído e limitado pelo Poder Constituinte Originário, manifesta-se em diversas formas, cada qual com uma finalidade e um rito específico dentro do ordenamento jurídico, como a reforma do texto federal e a auto-organização dos entes federativos.
Com base na teoria do Poder Constituinte Derivado e suas manifestações, assinale a alternativa correta:

a) o Poder Constituinte Decorrente é aquele que se destina exclusivamente a alterar a Constituição Federal por meio de Emendas Constitucionais, desde que observados os limites materiais (cláusulas pétreas);
b) o Poder Constituinte Revisor, previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), foi exercido em sessão unicameral do Congresso Nacional e possui a característica de ser um poder permanente de alteração constitucional;
c) o Poder Constituinte Decorrente atribui aos Estados-Membros a capacidade de auto-organização, autogoverno e autoadministração, materializada na elaboração de suas respectivas Constituições Estaduais, que devem respeitar os limites estabelecidos pela Constituição Federal;
d) a Lei Orgânica do Distrito Federal e as Leis Orgânicas Municipais possuem o mesmo status jurídico e, em ambos os casos, representam o exercício direto do Poder Constituinte Decorrente, com caráter de constitucionalidade.

2) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ao estabelecer o pacto federativo, adota um modelo de repartição de competências entre os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), garantindo a autonomia e o equilíbrio de cada esfera.
Considerando a organização do Estado brasileiro e a autonomia dos entes federativos, assinale a alternativa que apresenta uma competência expressa constitucionalmente reservada aos Estados--membros:

a) legislar privativamente sobre direito civil, penal e processual;
b) instituir, por meio de lei complementar estadual, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
c) explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros;
d) explorar o transporte coletivo intermunicipal de passageiros.

3) A Doutrina Constitucional diferencia a Constituição Formal da Constituição Material para analisar a natureza das normas que regem o Estado. Essa distinção é particularmente relevante no Brasil, onde a Constituição de 1988 se apresenta como um texto codificado, solene e com um processo de alteração mais rigoroso do que o das leis comuns.
Com base na distinção doutrinária entre Constituição Formal e Constituição Material, e considerando suas implicações no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta:

a) a Constituição Material abrange apenas as normas que, por seu conteúdo, tratam da organização básica do Estado e dos direitos fundamentais, sendo que, no Brasil, tais normas possuem hierarquia superior às demais normas contidas no texto formal;
b) a Constituição brasileira de 1988 é classificada como formal por ser um texto escrito e rígido, o que implica que todas as normas nela contidas, independentemente do seu conteúdo, gozam da mesma supremacia constitucional;
c) uma norma é considerada formalmente constitucional apenas se seu conteúdo versar sobre a estrutura do Estado ou direitos fundamentais; caso contrário, será classificada como uma norma materialmente constitucional;
d) a principal relevância da distinção no Brasil reside no fato de que o controle de constitucionalidade atua apenas sobre as normas materialmente constitucionais, pois as normas de conteúdo meramente formal não servem como parâmetro.

4) Com base na teoria constitucional de Konrad Hesse sobre a Força Normativa da Constituição, e em sua oposição à concepção tradicional de Ferdinand Lassalle, assinale a alternativa correta:

a) o principal mérito da tese de Hesse é o reconhecimento de que a Constituição é, primariamente, a soma dos fatores reais e

efetivos de poder, sendo que o texto escrito (Constituição jurídica) só tem validade quando corresponde perfeitamente a essa realidade (Constituição real);

b) a Força Normativa da Constituição implica que a Lei Maior deve ser compreendida como um documento eminentemente político, cuja estrutura programática esvazia seu conceito jurídico, tornando sua concretização dependente exclusivamente da ação política do Poder Legislativo e Executivo;

c) a Constituição é uma norma jurídica dotada de caráter imperativo e com força normativa, capaz de, por sua pretensão de eficácia, condicionar e modificar a realidade fática, opondo-se à ideia de que seria uma simples "folha de papel" sem valor vinculante;

d) a aceitação da força normativa da Constituição gerou, como consequência direta, o enfraquecimento institucional do Poder Judiciário, que deve se restringir à estrita legalidade e evitar o ativismo, para não invadir o espaço político dos demais Poderes.

5) A liberdade de expressão e o direito à informação da coletividade são pilares do Estado Democrático de Direito. Contudo, o desejo de indivíduos em terem fatos e dados passados de suas vidas privados do conhecimento público, em razão da passagem do tempo, gerou o debate sobre a existência e a aplicabilidade do chamado "Direito ao Esquecimento" no ordenamento jurídico brasileiro, questão que foi submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF).
Com base no entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do Direito ao Esquecimento (Tema 786 de Repercussão Geral), assinale a alternativa correta:

a) o Direito ao Esquecimento é compatível com a Constituição Federal, desde que aplicado apenas a fatos verídicos licitamente obtidos e publicados, cabendo ao Poder Judiciário ponderar o excesso caso a caso;

b) o STF considerou o Direito ao Esquecimento compatível com a Constituição, entendendo que a passagem do tempo, por si só, é suficiente para transmutar uma publicação de lícita para ilícita;

c) a Corte Constitucional entendeu que é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, pois este constitui uma restrição excessiva à liberdade de expressão e ao direito de informação da coletividade a respeito de fatos relevantes da história social;

d) o direito ao esquecimento foi considerado compatível, com a tese de que eventuais excessos ou abusos devem ser analisados a partir dos parâmetros constitucionais relativos à proteção da honra, da imagem e da privacidade.

6) O controle abstrato de constitucionalidade de normas jurídicas é um mecanismo crucial do ordenamento brasileiro, destinado a preservar a supremacia da Constituição.
A declaração de inconstitucionalidade de uma lei revogadora, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, possui profundas implicações na ordem jurídica. Sobre a restauração da vigência da lei anterior revogada pelo diploma normativo declarado inconstitucional, assinale a afirmativa correta:

a) a restauração da lei anterior revogada é denominada repristinação tácita, sendo este um efeito secundário da decisão que depende da expressa menção do Supremo Tribunal Federal para ocorrer;

b) o fenômeno de restauração da lei revogada é chamado de efeito repristinatório e só é admitido se a lei inconstitucional tiver sido objeto de modulação de efeitos *ex nunc*, a fim de não retroagir a inconstitucionalidade;

c) o fenômeno de restauração da lei revogada é denominado efeito repristinatório, sendo uma consequência natural e tácita da declaração de inconstitucionalidade *ex tunc* da lei revogadora, pois a lei inválida não possui eficácia derrogatória;

d) o restabelecimento da lei revogada, denominado efeito secundário repristinatório, é vedado no Direito brasileiro, em observância ao princípio da não-repristinação tácita previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

DIREITO ADMINISTRATIVO

7) De acordo com o art. 33 da Lei n.º 14.133/2021, a alternativa que apresenta todos os critérios de julgamento é a seguinte:

a) menor preço, melhor técnica, melhor técnica e preço e maior lance;

b) menor preço, melhor técnica e preço, maior eficiência econômica, maior lance e melhor retorno econômico;

c) menor preço, melhor técnica, maior eficiência, maior lance e melhor qualificação técnica;

d) menor preço, menor desconto, melhor técnica ou conteúdo artístico, técnica e preço, maior lance, no caso de leilão e maior retorno econômico.

8) Assinale a alternativa correta em relação à responsabilidade civil do Estado:

a) para a responsabilização civil do Estado por um dano causado por um agente público é imprescindível a comprovação de dolo do agente;
b) para a responsabilização civil do Estado segundo a teoria da culpa administrativa é imperioso provar a falta na prestação de um serviço ou sua prestação ineficiente;
c) para a responsabilização civil do Estado por ato omissivo faz-se necessária a comprovação da responsabilidade objetiva;
d) para a irresponsabilidade civil do Estado é necessária a prova de que o dano causado decorreu de ato de gestão.

9) A respeito do poder de polícia é possível afirmar:

a) consiste no poder da Administração Pública, a partir de critérios legais, regulamentar atividades para proteger direitos fundamentais, como a saúde, segurança e ordem pública;
b) consiste no poder da Administração Pública de regular, fiscalizar e controlar atividades, de forma extravagante à lei, de acordo com critérios subjetivos do administrador, que poderá ser responsabilizado por eventuais excessos;
c) consiste no poder da Administração Pública realizar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo para proteger o direito fundamental à segurança pública;
d) consiste no poder da administração de julgar recursos administrativos contra atos praticados por agentes públicos.

10) A respeito dos atos administrativos, é correto afirmar:

a) são exemplos de atos administrativos ordinatórios as resoluções criadas para disciplinar obrigações dos particulares em geral;
b) são exemplos de atos administrativos enunciativos as instruções normativas, resultando na certificação de uma situação preexistente;
c) são exemplos de atos administrativos normativos as portarias que reconhecem o direito de servidores a percepção de uma determinada vantagem prevista em lei;
d) são exemplos de atos administrativos negociais as licenças e permissões, que possuem diferentes níveis de discricionariedade.

11) Assinale a alternativa correta a respeito dos bens públicos:

a) são considerados bens comuns aqueles que compõem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades;
b) são considerados bens dominicais edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;
c) são considerados bens de uso especial do povo os rios, mares, estradas, ruas e praças;
d) o uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

12) Assinale a alternativa correta a respeito da organização administrativa:

a) as autarquias são entes descentralizados cuja criação deve ser autorizada por lei;
b) os conselhos profissionais são autarquias em regime especial cuja criação deve ser feita por lei especial;
c) as autarquias podem pactuar, mediante contrato firmado entre seus administradores e o poder público, a ampliação de sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira;
d) assim como as autarquias, as empresas estatais são criadas por lei, embora distingam-se entre si em razão de suas finalidades, as primeiras ocupando-se do interesse público primário e as segundas ocupando-se do interesse público secundário.

DIREITO TRIBUTÁRIO

13) O Art. 156 do CTN lista as causas de extinção do crédito tributário. Assinale a alternativa que <u>NÃO</u> corresponde a uma modalidade de extinção do crédito tributário:

a) compensação;
b) decadência;
c) remissão;
d) depósito do seu montante integral.

14) A Constituição Federal estabelece diversas hipóteses de imunidade tributária, que representam limitações ao poder de tributar. Com base na doutrina e na jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) a imunidade tributária recíproca (art. 150, VI, 'a') alcança apenas os impostos, não se aplicando às taxas cobradas em razão do exercício do poder de polícia;
b) a imunidade recíproca se estende às empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica em regime de concorrência;
c) a imunidade sobre livros, jornais e periódicos, por ser uma imunidade objetiva e de interpretação restritiva, não se estende aos livros eletrônicos (e-books) nem aos seus respectivos aparelhos de leitura (e-readers), os quais são tributados normalmente;
d) a imunidade dos templos de qualquer culto (art. 150, VI, 'b') possui natureza subjetiva, vinculada à entidade religiosa, e se restringe estritamente ao espaço físico onde ocorrem as liturgias, não abrangendo, portanto, o estacionamento anexo utilizado pelos fiéis.

15) Um cidadão é proprietário de um único imóvel urbano residencial com valor venal de R$ 150.000,00. A lei do seu Município prevê uma alíquota de IPTU de 1% para imóveis com valor até R$ 200.000,00 e de 1,5% para imóveis com valor acima de R$ 200.000,00. Essa diferenciação de alíquotas é compatível com qual princípio tributário?

a) Princípio da Vedação ao Confisco;
b) Princípio da Uniformidade Geográfica;
c) Princípio da Capacidade Contributiva;
d) Princípio da Legalidade Estrita.

16) O princípio da legalidade tributária, expresso no art. 150, I, da Constituição, afirma que é vedado "exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça". Contudo, a própria Constituição prevê exceções. Assinale a alternativa que apresenta um tributo cuja alíquota pode ser alterada por ato do Poder Executivo, respeitados os limites legais:

a) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
b) Imposto sobre a Importação de Produtos Estrangeiros (II);
c) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
d) Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).

17) Sobre o mandado de segurança em matéria tributária, assinale a alternativa correta:

a) o mandado de segurança constitui ação adequada para pleitear a restituição de tributos pagos indevidamente, desde que instruído com prova pré-constituída do direito à repetição.
b) é cabível mandado de segurança contra lei tributária em tese, antes mesmo de qualquer ato concreto de aplicação, para prevenir futura cobrança de tributo inconstitucional;
c) a impetração de mandado de segurança preventivo contra lançamento tributário suspende automaticamente a exigibilidade do crédito tributário;
d) não cabe mandado de segurança quando a discussão envolver matéria que demande dilação probatória, como a comprovação de valores pagos a maior ou questões relativas à base de cálculo que dependam de perícia contábil.

18) Em relação às taxas, assinale a alternativa correta:

a) podem remunerar serviços gerais, como iluminação pública.
b) podem ter como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização de serviço público específico e divisível;
c) têm fato gerador idêntico ao dos impostos, podendo compartilhar a mesma base de cálculo;
d) dependem de lei complementar para instituição.

DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

19) Acerca da personalidade jurídica (civil) e dos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) a existência da pessoa natural termina com a morte, real ou presumida, somente se admitindo esta última mediante decretação de ausência;
b) é válida a disposição, gratuita ou onerosa, do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte;
c) se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á o óbito do mais velho antes do mais moço;
d) é possível possuir personalidade judiciária sem personalidade jurídica, como ocorre com o condomínio edilício para fins do Direito Civil.

20) Com relação à lei, assinale a opção correta:

a) o Direito Nacional adota o princípio da repristinação tácita ou automática de leis anteriormente revogadas;
b) o ordenamento brasileiro proíbe a retroatividade da lei em qualquer circunstância;
c) em função do princípio hierárquico, a lei posterior revoga a anterior quando ambas tratarem da mesma matéria;
d) em função do princípio da especialidade, em situações ordinárias, a superveniência de lei geral não revoga a lei especial anteriormente vigente.

21) Acerca dos direitos do trabalhador e do vínculo empregatício, é correto afirmar que:

a) a Constituição Brasileira assegura ao trabalhador urbano e rural a irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;
b) a garantia constitucional de salário nunca inferior ao mínimo estabelecido em lei não se aplica aos casos em que o trabalhador percebe remuneração variável;
c) a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional;
d) em razão do princípio da isonomia, é vedada a criação em lei de incentivos específicos para a proteção do mercado de trabalho da mulher

22) Tendo em vista a boa-fé objetiva e suas várias emanações, é INCORRETO afirmar que:

a) a figura conhecida como *tu quoque* proíbe alguém de invocar em seu proveito a norma jurídica que ele mesmo transgrediu;
b) a figura conhecida como *venire contra factum proprium* consiste no surgimento de uma vantagem para determinada pessoa, porque uma outra deixou de exercer em relação à primeira o direito ao qual faria jus, criando, assim, a expectativa de que esse direito não mais seria reivindicado futuramente;
c) a boa-fé objetiva almeja, entre outros pontos, a proteção da legítima expectativa gerada em alguém ante a conduta desempenhada por outrem;
d) a figura conhecida como *supressio* inibe o exercício de um direito, até então reconhecido, pelo seu não exercício, gerando a legítima expectativa de que tal não mais ocorrerá.

23) Acerca da sucessão causa mortis, é correto afirmar que:

a) no sistema brasileiro, o/a companheiro(a) sobrevivente tem direito à metade do quinhão atribuído ao cônjuge supérstite;
b) os filhos do autor da herança são herdeiros necessários, mas não legítimos;
c) pelo princípio da saisine, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários;
d) o Código Civil não reconhece direito de representação em qualquer hipótese na classe dos sucessores colaterais.

24) Com relação à prescrição e à decadência e considerando o que dispõe o Código Civil, é correto sustentar que:

a) é nula a renúncia à prescrição ou à decadência;
b) a interrupção do prazo decadencial operada contra um dos herdeiros do devedor solidário não prejudica os outros herdeiros ou devedores, senão quando se trate de obrigações e direitos indivisíveis;
c) a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
d) em regra, a exceção prescreve na metade do prazo previsto em lei para a pretensão.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25) Com relação às normas fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa correta:

a) a Constituição Federal não exerce influência sobre o Processo Civil, visto não ter capítulo específico para tratar do assunto;
b) ao Estado não compete fomentar as formas de solução consensual de conflitos;
c) o juiz não está obrigado a manter uma ordem cronológica de julgamento de processos;
d) é possível a aplicação supletiva e subsidiária das normas do Código de Processo Civil ao processo administrativo, no caso de ausência de normas que o regule.

26) Acerca da inicial e da contestação, é correto afirmar:

a) o valor da causa não é um requisito da petição inicial;
b) verificado o não preenchimento de um dos requisitos da petição inicial, o juiz deve oportunizar a emenda ou complementação pelo autor;
c) o réu pode apresentar alegar sua matéria de defesa parceladamente, inclusive ao longo da instrução processual e nas alegações finais;
d) se não alegadas as matérias de ordem pública na contestação, tal como a ocorrência de coisa julgada, o réu perde a oportunidade de fazê-lo, pela ocorrência de preclusão *pro judicato*.

27) Sobre sentença e coisa julgada, assinale a alternativa incorreta:

a) a sentença deve conter relatório, fundamentação e dispositivo;
b) o juiz pode proferir sentença condicional;
c) a coisa julgada não pode prejudicar terceiro;
d) a verdade dos fatos não faz coisa julgada.

28) Sobre o cumprimento de sentença e processo de execução, assinale a alternativa errada:

a) no cumprimento de sentença de obrigação de pagar, a Fazenda Pública é intimada para depositar a quantia em 15 dias, sob pena de penhora;
b) o regime de precatórios da Fazenda Pública tem natureza constitucional;
c) o CPC prevê como meio de defesa no cumprimento de sentença a figura da impugnação e, no processo de execução, a figura dos embargos à execução;
d) quanto alegar excesso de execução, tanto na impugnação quanto nos embargos à execução, é obrigação do executado indicar de forma precisa o valor que entende devido.

29) Considere as seguintes decisões:
I. Deferimento de tutela provisória de urgência;
II. Sentença que julga improcedente a demanda;
III. Acórdão que versa a definição de competência constitucional tributária e
IV. Acórdão que nega provimento a agravo interno contra decisão da Vice-Presidência do Tribunal que obsta o seguimento de recurso extraordinário com base em aplicação de tese de repercussão geral.
Fora o recurso de embargos de declaração, são cabíveis:

a) apelação, recurso ordinário, reclamação e embargos de divergência;
b) mandado de segurança, reclamação, ação rescisória e agravo de petição;
c) agravo de instrumento, apelação, recurso extraordinário e reclamação;
d) recurso especial, ação declaratória de inexistência; embargos à execução e incidente de resolução de recurso repetitivo.

30) Segundo o STJ, "o problema XXXX é uma situação contínua e estruturada de desconformidade e de não adequação a um estado de coisa ideal (não necessariamente ilícito), geralmente podendo ser decomposto em uma multiplicidade de problemas jurídicos específicos, mas que precisam, para sua solução, de uma reestruturação. A solução de tais casos demanda a adoção de um processo XXXX, que é caracterizado por estabelecer uma discussão sobre o estado de desconformidade e por buscar uma transição para um estado ideal de coisas, removendo a situação de desconformidade, mediante decisão de implementação escalonada. Esta Corte Superior reconhece o dano XXXX e a necessidade do procedimento bifásico, mas entende que a construção da Casa do Albergado não é a única solução possível e que devem ser consideradas alternativas como monitoramento eletrônico e outras medidas que respeitem a dignidade humana e sejam economicamente viáveis." (REsp n. 2.148.895/PR, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Segunda Turma, julgado em 12/8/2025, DJEN de 25/8/2025.)
O instituto referenciado no texto acima é:

a) Recurso de Apelação;
b) Reclamação Constitucional;
c) Mandado de Segurança;
d) Processo estrutural.